

CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS 43ª ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA DIA 18/03/2013 às 9:00 horas

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na 43ª Assembléia Geral Ordinária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN, que realizar-se-a em 18 de março de 2013, às 9:00 horas, na sede social da Empresa, na rua Emilio Blum, 83, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração com a seguinte Ordem do Dia: - a) Apreciação das Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras instruídas com os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Externos, relativas ao exercício de 2012, em conformidade com o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e correspondentes Notas Explicativas; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) Fixação dos honorários dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal; d) Destinação dos Resultados.

EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2012:

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as deliberações relativamente a Destinação dos Resultados, informamos a destinação do lucro do exercício:

Destinações do Lucro: R\$ 21.418.024,76

1. Reserva Legal: R\$ 1.070.901,24
2. Dividendos (acionistas): R\$ 5.778.759,85
3. Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 17.335.462,72

1) Reserva legal:

Constituída no valor de R\$ 1.070.901,24 em conformidade com a Lei das Sociedades por ações e do Estatuto Social, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O saldo em 31/12/2012 é de R\$ 4.149.788,98.

2) Dividendos (acionistas):

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º § 2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Sendo assim, deverá ser considerado para pagamento como dividendo integral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 0,00769630 por cada ação ON e R\$ 0,00846593 para cada ação PN.

Considerando o volume de Investimentos previstos para os próximos dois anos, o Conselho de Administração vem propor, que os valores a serem recebidos a título de dividendos pelos acionistas (Governo do Estado, Celesc, SCPAr e Codesc), possam ser revertidos para futuro aumento do capital social da CASAN.

Na impossibilidade de reversão dos dividendos em aumento de capital, propomos a AGO que os valores sejam pagos via tesouraria aos acionistas acima identificados, em três parcelas iguais, no seguinte cronograma: 1ª parcela em 31/05/2013; 2ª parcela em 31/07/2013 e a última parcela em 30/09/2013.

Os demais acionistas receberão integralmente os dividendos no dia 17/05/2013, ou seja no prazo de 60 (sessenta dias) da data em que for declarado, conforme § 3º do artigo 40 do Estatuto Social da Companhia.

3) Reserva para o Plano de Investimentos:

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembléia dos Acionistas, a destinação de R\$ 17.335.462,72 dos lucros do exercício para compor a Reserva destinada ao Plano de Investimentos em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia. O saldo deste fundo em 31/12/2012 é de R\$ 52.661.413,95.

4) Participação para os Administradores (Participação Estatutária)

Não haverá distribuição de valores para participação nos lucros do exercício aos administradores da Companhia.

ANEXO 9-1-II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:

1. Informar o lucro Líquido do Exercício:

O montante do Lucro Líquido do Exercício é de R\$ 21.418.024,76;

2. Informar o Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O montante global dos dividendos é de R\$ 5.778.759,85 e o valor por ações dos dividendos é de: ON = R\$ 0,00769630 e PN = R\$ 0,00846593;

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- O Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 25%;

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não se aplica;

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe é ON = R\$ 2.751.790,40 e PN = R\$ 3.026.969,45;

b. A forma de pagamento é a vista e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é de 60 (sessenta) dias a contar da data da AGO;

c. Eventual incidência de atualização de juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio não se aplica na Empresa;

d. A Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será o dia 18 de março de 2.013.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- Não se aplica;

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do Exercício e dos três últimos exercícios anteriores:

Ano	Valor R\$ 1,00
2009	32.515.448
2010	(11.477.601)
2011	7.903.625
2012	21.418.024

b. Dividendo e juro sobre capital próprio nos 3 (três) exercícios anteriores:

Ano	PN - Valor R\$ 1,00	ON - Valor R\$ 1,00
2009	4.381.089	3.982.808
2010	Não houve	Não houve
2011	1.273.410,51	1.157.646,10
2012	3.026.969	2.751.790

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 1.070.901,29

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal é calculada aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

9. Caso a companhia possua ações preferências com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos e mínimos

O estatuto da Cia. prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo de 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, tem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com a ações ordinárias;

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim, o lucro do exercício é suficiente;

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica;

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica;

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendos obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Conforme Aline a) do Art. 41º do Estatuto Social da Cia., os lucros líquidos apurados, além do previsto nos artigos 192 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem;

Conforme § 2º do Art. 7º - do Estatuto social da Cia., cada ação preferencial sem direito a voto, corresponderá às seguintes preferências: (a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (b) distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e (c) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

Sim, será pago integralmente;

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não tem.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Cia.:

Não se aplica.

12. Havendo de destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica.

13. Havendo de destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

O valor destinado à reserva é de R\$ 17.335.462,72;

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem a reserva.

Parte do lucro do exercício e parte da realização da reserva de reavaliação

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.

Não se aplica.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA:

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º Item III e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as suas deliberações, informamos:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

O resultado do exercício vem demonstrar o potencial da companhia, que gradativamente, e de forma sustentável, conseguiu se colocar entre as principais empresas do segmento, auferindo no exercício um lucro líquido de R\$ 21,4 milhões.

Demonstramos a seguir os principais indicadores dos últimos oito anos.

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo Total (AT)	1.255.355	1.317.447	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279
Patrimônio Líquido (PL)	711.304	736.064	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642
Receita Operacional Líquida (ROL)	341.975	355.102	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342
Lucro Líquido (LL)	32.418	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418
Endividamento Geral (PC + PNC) / AT	0,43	0,44	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44
EBITDA	92.406	87.225	144.321	79.194	92.451	27.498	75.903	117.888
EBIT	55.514	58.156	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640
Geração de Caixa	114.773	60.295	147.543	-69.080	78.461	30.241	59.798	118.260
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,15	0,10	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,44	0,28	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45
Margem Bruta (LB/ROL)	30,50%	38,20%	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	65,98%	62,33%
Margem Operacional (LO/ROL)	11,70%	8,50%	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%
Margem Líquida (LL/ROL)	9,50%	7,00%	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	4,60%	3,40%	6,90%	1,83%	3,17%	-1,13%	0,61%	1,71%
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	0,24	0,26	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49
Liquidez Corrente (AC / PC)	0,40	0,48	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07
Impostos/Receita Bruta*	10,90%	11,80%	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%

* Impostos = PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs.: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: CASAN - Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados – DF/GCT

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

Em milhões R\$	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Dívida total	208.702	258.622	237.861
Caixa e aplicações financeiras	29.951	72.345	34.710
Dívida Líquida	178.751	186.277	203.151
EBITDA	27.498	75.903	117.888
Índice Dívida Total/EBITDA	7,59	3,41	2,02
Índice Dívida Líquida/EBITDA	6,50	2,45	1,72

Obs.: Foram desconsideradas as Partes Relacionadas para o cálculo das Dívidas.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corporation – IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
<u>Operações no Exterior:</u>							
International Finance Corporation – IFC	8.166	8.456	-	29.383	33.191	-	} IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a 3,50%
Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW	935	859	781	2.767	3.330	3.781	
	9.101	9.315	781	36.521	36.521	3.781	} 4,5% var. cambial
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF	10.465	11.588	14.557	32.133	40.937	49.380	} 9,87% + TR
Prosper	87.500	87.500	-	61.710	72.761	140.202	} IPCA 12% a.a
	97.965	99.088	14557	93.843	113.698	189.582	
	<u>107.066</u>	<u>108.403</u>	<u>15.338</u>	<u>130.795</u>	<u>150.219</u>	<u>193.363</u>	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 2,6954 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2,4342 em 31 de dezembro de 2011);

b) Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

International Finance Corporation

O empréstimo obtido com a IFC foi firmado no dia 07/10/2010 no valor de BRL 40.000 milhões, com taxa de juros de 3,5% ao ano + 6,6% ao ano (IPCA atualizado anualmente), num total de 81 meses, com período de carência de 21 meses. Pagamento do serviço da dívida trimestral, iniciando em 15/07/2012 e carência em 15/10/2011.

Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano. Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2012

FONTES RECURSO	Inferior a 1 ano (2013)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2014 e 2015)	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos (2016 e 2017)	Superior a 5 anos (2018 em diante)	TOTAL
CEF	10.035.699,06	16.136.463,53	4.236.468,64	3.394.843,48	33.803.474,71
GOV DO ESTADO	7.657.017,80	15.314.035,60	15.314.035,60	42.751.682,73	81.036.771,74
KfW	930.704,62	1.861.409,24	930.704,38	-	3.722.818,24
BANCO PROSPER	37.916.666,67	70.000.000,00	42.960.000,00	-	150.876.666,67
IFC	7.616.000,00	15.232.000,00	13.344.000,00	-	36.192.000,00
JICA - Consultoria	-	-	259.572,62	4.542.520,85	4.802.093,47
					-
TOTAL	64.156.088,15	118.543.908,37	77.044.781,25	50.689.047,06	310.433.824,82

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Contrato:

Diversos contratos de Financiamentos, totais de quarenta e nove (49), distribuído em diversos municípios.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

Data:

1990 a 1998.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Interveniência do Estado e Município:

Como interveniente anuente, o Estado de Santa Catarina, na qualidade de controlador do poder acionário da CASAN obriga-se desde já, pelo presente, em caso de uma futura privatização do ora Mutuário, a incluir no instrumento editalício da privatização, cláusula contendo a exigência de que o licitante vencedor da concorrência deverá assumir a obrigações da Concessionária original, ora Mutuário, referentes as dívidas relativas a investimentos nos respectivos sistemas, inclusive quanto a manutenção das receitas tarifárias, dadas em garantia da presente operação.

Na hipótese de diminuição da garantia ora pactuada a valor inferior a 3 (três) vezes a soma dos valores dos encargos mensais, relativos as dívidas garantidas, obriga-se, o mutuário, a outorgar ao Agente Financeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, outra garantia que complemente ou substitua a existente, após prévia anuência do Agente Financeiro, sob pena do vencimento antecipado da dívida e do vencimento antecipado da dívida e exigibilidade.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: 27233

Agente Financiador:

IFC - International Finance Corporation

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e IFC – International Finance Corporation

Data:

07/10/2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Agente Financeiro	Contratos	Valor do contrato	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Total	%	Total	%
Partes Relacionadas Governo do Estado	PAC I - Programa de Aceleração do Crescimento, destinados a execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	150.475.807,16	91.623.510,42	60,89%	58.852.296,74	39,11%
* JICA	BZ-P16 - Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina	342.184.720,00	4.802.093,47	1,40%	337.382.626,53	98,60%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SES Laguna	25.842.709,36	1.545.272,88	5,98%	24.297.436,48	94,02%
TOTAL	-	518.503.236,52	97.970.876,77	0,68	420.532.359,75	81,10%

Data base: 31/12/2012

* Taxa lenes utilizada 0,02372

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2012 em relação à 31/12/2011:

Item	2011	AV	2012	AV	AH
Disponibilidades	9.161.186	0,40%	12.422.016	0,55%	35,59%
Títulos e Valores Mobiliários	63.183.645	2,76%	22.287.535	0,99%	-64,73%
Contas a Receber de Clientes	104.821.902	4,58%	124.412.077	5,54%	18,69%
Partes Relacionadas	3.841.886	0,17%	2.559.900	0,11%	-33,37%
Estoques	27.061.133	1,18%	28.653.878	1,28%	5,89%
Outros	62.890.118	2,75%	66.442.549	2,96%	5,65%
Ativo Circulante	270.959.870	11,84%	256.777.955	11,43%	-5,23%
Contas a Receber de Clientes	6.770.439	0,30%	7.183.750	0,32%	6,10%
Depósitos Judiciais	88.531.746	3,87%	79.978.392	3,56%	-9,66%
Ativo Fiscal Diferido	76.558.270	3,35%	81.229.057	3,61%	6,10%
Ativo Financeiro	96.152.080	4,20%	59.274.913	2,64%	-38,35%
Ativo Realizável a Longo Prazo	268.012.536	11,71%	227.666.112	10,13%	-15,05%
Investimentos	303.589	0,01%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado	28.436.964	1,24%	28.730.548	1,28%	1,03%
Obras em Andamento	168.316.555	7,35%	219.393.618	9,76%	30,35%
Intangível	1.552.481.196	67,84%	1.514.407.521	67,39%	-2,45%
Ativo Permanente	1.749.538.303	76,45%	1.762.835.277	78,44%	0,76%
Ativo Não-Circulante	2.017.550.839	88,16%	1.990.501.389	88,57%	-1,34%
Ativo	2.288.510.710	100,00%	2.247.279.344	100,00%	-1,80%
Empréstimos e Financiamentos	108.402.969	4,74%	107.065.844	4,76%	-1,23%
Fornecedores e Empreiteiros	24.747.892	1,08%	18.778.342	0,84%	-24,12%
Partes Relacionadas	16.595.427	0,73%	15.919.540	0,71%	-4,07%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26.574.758	1,16%	29.135.948	1,30%	9,64%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	23.732.705	1,04%	26.787.507	1,19%	12,87%
Impostos e Contribuições a Recolher	13.708.647	0,60%	34.449.520	1,53%	151,30%
Dividendos Propostos	2.431.245	0,11%	5.778.760	0,26%	137,69%
Participações Estatutárias	904.316	0,04%	26.369	0,00%	-97,08%
Outros	2.566.512	0,11%	2.689.142	0,12%	4,78%
Passivo Circulante	219.664.471	9,60%	240.630.972	10,71%	9,54%
Empréstimos e Financiamentos	150.219.276	6,56%	130.794.977	5,82%	-12,93%
Partes Relacionadas	80.371.174	3,51%	76.977.692	3,43%	-4,22%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	50.644.041	2,21%	43.665.972	1,94%	-13,78%
Impostos e Contribuições à Recolher	76.003.927	3,32%	71.053.729	3,16%	-6,51%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	222.217.420	9,71%	211.422.940	9,41%	-4,86%
Provisão para Contingências	124.212.562	5,43%	139.262.697	6,20%	12,12%
Plano Previdenciário e Assistencial	75.186.941	3,29%	81.270.962	3,62%	8,09%
Outros	67.908	0,00%	68.307	0,00%	0,59%
Receita Diferida	12.025.060	0,53%	15.489.513	0,69%	28,81%
Passivo Não-Circulante	790.948.309	34,56%	770.006.789	34,26%	-2,65%
Capital Social	842.266.638	36,80%	842.266.638	37,48%	0,00%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.326.466	0,80%	19.890.000	0,89%	8,53%
Reserva de Reavaliação	116.798.377	5,10%	109.396.105	4,87%	-6,34%
Ajuste Patrimonial	255.686.620	11,17%	200.984.467	8,94%	-21,39%
Reserva Legal	3.078.888	0,13%	4.149.789	0,18%	34,78%
Reserva para Plano de Investimentos	-	0,00%	7.293.170	0,32%	0,00%
Reservas de Lucros a Realizar	41.740.941	1,82%	52.661.414	2,34%	26,16%
Patrimônio Líquido	1.277.897.929	55,84%	1.236.641.583	55,03%	-3,23%
Passivo	2.288.510.710	100,00%	2.247.279.344	100,00%	-1,80%

Ativo

Ativo Circulante:

O Ativo Circulante diminuiu 5,23%, passando de R\$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 256,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. O decréscimo deve-se à significativa redução nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários e Partes Relacionadas. A primeira rubrica trata-se das aplicações financeiras da empresa que passaram de R\$ 63,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 22,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. A segunda rubrica representa os créditos da empresa para com os seus acionistas, entre eles o Estado de Santa Catarina, a CELESC e a CODESC. O valor desta rubrica passou de R\$ 3,8 milhões em 31/12/2011 para R\$ 2,6 milhões em 31/12/2012.

Realizável a Longo Prazo:

O Ativo Realizável a Longo Prazo diminuiu em 15% na comparação entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, passando de R\$ 268 milhões para R\$ 227,7 milhões. O principal motivo para esta variação foi a expressiva baixa (38%) realizada no Ativo Financeiro da companhia. Essa baixa deu-se em função da pequena possibilidade de sucesso nas ações judiciais impetradas contra municípios que deixaram de ser atendidos pela Casan.

Permanente:

O Ativo Permanente ficou praticamente estável de 2011 para 2012, variando apenas 0,76%, ou 13 milhões. O crescimento de 30,35% na rubrica Obras em Andamento foi praticamente compensado pela redução de 2,45% da rubrica Intangível, que representa 67% do grupo Permanente. O incremento em Obras em Andamento deve-se a maior quantidade de obras iniciadas do que finalizadas no ano e a diminuição no valor do Intangível deve-se, sobretudo, à depreciação apurada no período.

Passivo

Circulante:

O Passivo Circulante aumentou 9,54% no período, passando de R\$ 219,6 milhões em 2011 para R\$ 240,6 em 31 de dezembro de 2012. O acréscimo foi motivado, sobretudo, pelo aumento na rubrica Impostos e Contribuições a Recolher, a qual recebeu o incremento decorrente da apuração de um maior lucro em relação ao ano anterior.

Não Circulante ou Exigível a Longo Prazo:

O Passivo Não Circulante sofreu decréscimo de 2,65% no período, variando de R\$ 790,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, para R\$ 770 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta redução deve-se principalmente à diminuição na rubrica Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido da CASAN, reduziu-se para o montante de R\$ 1.236,6 milhões, valor este 3% menor do que o apurado em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.277,8 milhões). Esta redução decorre em maior parte da amortização do valor da rubrica Ajuste Patrimonial, a qual se refere ao Ajuste de Avaliação Patrimonial realizado em 2011.

Receita:

A Receita Operacional Líquida da CASAN aumentou R\$ 71,2 milhões, ou 13,2%, passando de R\$ 539 milhões em 2011 para R\$ 610 milhões em 2012. A Receita Bruta aumentou R\$ 79,5 milhões, ou 13,4%, passando de R\$ 594 milhões em 2011 para R\$ 673,6 milhões em 2012.

A Receita Bruta com tarifas de Água em 2012 aumentou 13,6%, passando de R\$ 481 milhões em 2011 para R\$ 546,4 milhões em 2012. Esse aumento deveu-se ao incremento de 1,32% no número de ligações de água no período, ao incremento do consumo por ligação e ao reajuste de 8,6% aplicado às tarifas em 2012.

A Receita Bruta com tarifas de Esgoto em 2012 aumentou 13,49%, passando de R\$ 95,4 milhões em 2011 para R\$ 108,3 milhões em 2012. O incremento observado ocorreu em função do crescimento de 1,71% no número de ligações de esgoto no período, do crescimento do consumo por ligação e, seguindo a equiparação da tarifa de esgoto à tarifa de água, do reajuste de 8,6% aplicado em 2012.

Além disso, a Receita com Serviços de Água e Esgoto cresceu 7,1% em 2012, passando de R\$ 17,6 para R\$ 18,9 milhões. Em linhas gerais, esse aumento foi ocasionado pelo forte crescimento nas receitas de novas ligações de água.

Custo dos Serviços Prestados:

O Custo dos Serviços Prestados pela CASAN em 2012 foi R\$ 46,5 milhões superior ao ano anterior, ou 25,4% maior, passando de R\$ 183,4 milhões em 2011 para R\$ 183,4 milhões em 2012. Essa elevação foi impulsionada pelos crescimentos nas despesas com Material de Tratamento e Energia Elétrica e com a Amortização do Intangível. Como percentual da Receita Bruta, o Custo dos Serviços Prestados aumentou de 30,9% em 2011, para 34,1% em 2012.

Lucro Bruto:

Como resultado dos fatores comentados acima, o Lucro Bruto em 2012 aumentou R\$ 24,7 milhões, passando de R\$ 355,7 milhões em 2011 para R\$ 380,4 milhões em 2012, ou seja, 6,94% de acréscimo. Como percentual da Receita Bruta, o Lucro Bruto reduziu de 59,9% em 2011 para 56,5% em 2012.

Despesas com Vendas:

As Despesas Operacionais com Vendas apresentaram aumento em 2012 de R\$ 7,5 milhões, ou 23,4%, passando de R\$ 32 milhões em 2011 para R\$ 39,5 milhões em 2012. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas com Vendas aumentaram de 5,4% em 2011, para 5,9% em 2012. O aumento em Despesas com Vendas decorreu principalmente do crescimento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e da correção efetuada na alocação das tarifas bancárias sobre faturas emitidas.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas foram elevadas em R\$ 7,7 milhões, ou 3,2%, passando de R\$ 244,4 milhões em 2011 para R\$ 252,1 milhões em 2012. Este acréscimo é decorrente do crescimento das despesas com Previdência Privada e com os impostos/contribuições incidentes sobre a Receita. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas Gerais e Administrativas diminuíram de 41,1% em 2011, para 37,4% em 2012.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2012, o saldo líquido das Outras Receitas e Despesas Operacionais decresceu R\$ 35,1 milhões, ou 393,3%, passando de uma Receita Líquida de R\$ 8,9 milhões em 2011 para uma Despesa Líquida de R\$ 26,2 milhões em 2012. A oscilação nas Receitas decorre da variação que ocorreu nas Receitas de Recuperação de Causas Cíveis, que foi R\$ 11,1 milhões maior em 2011 do que em 2012. Além disso, em 2012 houve uma significativa provisão (R\$ 24,6 milhões) Cível sem correspondente valor em 2011.

Resultado Financeiro:

O Resultado Financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (bonificações, dividendos e juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber.

A Despesa Financeira Líquida cresceu de R\$ 28,8 milhões em 2011 para R\$ 31,6 milhões em 2012, o que representa 9,8% de incremento.

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 40,5 milhões em 2011 para R\$ 40,4 milhões em 2012, ou 0,2% de redução. As Receitas Financeiras que fecharam 2011 na ordem de R\$ 11,7 milhões reduziram-se para R\$ 8,8 milhões em 2012, redução de 20,8%.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi representado em 2012 por um Lucro de R\$ 19,9 milhões, valor 102% maior que o Lucro apurado em 2011 (R\$ 9,8 milhões).

Imposto de Renda e Contribuição Social:

O Resultado Líquido das provisões com esses impostos (incluindo os impostos diferidos) em 2012 ficou positivo em R\$ 1,5 milhão, diante do R\$ 1 milhão negativo apurado no exercício de 2011.

O Imposto de Renda apurado no exercício passou de R\$ 0,9 milhão em 2011 para R\$ 10,1 milhões em 2012; crescimento de 951,6%. O mesmo ocorreu com a Contribuição Social, que passou de R\$ 0,3 milhão para R\$ 3,8 milhões, um crescimento de 930,5%.

O crescimento nos valores de impostos diferidos decorre, entre outros fatores, da realização da Avaliação de Ajuste Patrimonial realizada em 2011 e da elevação no valor da Provisão para Devedores Duvidosos.

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores descritos acima, o Lucro Líquido de R\$ 21,4 milhões apurado em 2012 foi 171% maior que o Lucro Líquido de R\$ 7,9 milhões apurado em 2011. Como percentual da Receita Bruta, o resultado do verificado em 2012 corresponde a 3,2%.

Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A recomposição tarifária no exercício de 2012, embora tenha sido da ordem de 8,6%, a receita bruta no mesmo período teve um crescimento da ordem de 13,3%.

A receita operacional líquida de R\$ 610,3 milhões em 2012, teve um acréscimo de 13,20% em relação ao ano de 2011.

Os custos dos serviços prestados tiveram um acréscimo de 25,35%% em relação ao ano anterior, representado principalmente pelo aumento nas despesas de pessoal e serviços prestados por terceiros.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Reajuste tarifário de 8,6% e um incremento de 25.584 novas ligações que foram atendidas com abastecimento de água, e de 23.340 novas ligações que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto no resultado financeiro foi da ordem de 6,9%, passando de R\$ 29,5 milhões no ano de 2011, para R\$ 31,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449 ("MP nº 449/08"), convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012 foram auditadas pela Audimec Auditores Independentes S/S que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências

a) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 12.327 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.635 em 31 de dezembro de 2011) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisionamento do valor de R\$ 26.808 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.450 em 31 de dezembro de 2011). Os outros R\$100.000, referem-se ao provisionamento referente ao processo 023.05.002648-0 (Embargos à Execução 023.05.031122-3), conforme descrito na nota explicativa nº20.

c) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2012.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica “Ativo Financeiro”.

Plano previdenciário/Benefícios a empregados

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

b) Participação nos lucros e resultados

No Acordo Coletivo 2011/2012 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados da Companhia é o equivalente a 5% dos lucros.

Receita diferida

O montante de R\$15.489 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 12.025 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem realizadas nas localidades do Maciço do Morro da Cruz, Campeche, Videira e São Miguel do Oeste.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatórios o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O trabalho da auditoria independente realizado na CASAN limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas pela Companhia.

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv) contratos de construção não terminada.

v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b) natureza e o propósito da operação.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

ii) fontes de financiamento dos investimentos.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Investimentos

O Plano de Investimentos da Companhia têm os seguintes compromissos com os municípios atendidos:

- Continuar a tratar e distribuir água atendendo à demanda conforme o crescimento populacional de cada localidade.
- Reduzir as perdas de água.
- Continuar a implantar sistemas de coleta de esgoto, expandindo a quantidade de residências conectadas aos sistemas da Casan.
- Aumentar o tratamento do esgoto coletado.

Objetivando atender as demandas de seus clientes e expectativas dos acionistas, mantendo sua política de investimentos, a CASAN investiu R\$ 104,6 milhões em 2012. O quadro a seguir mostra a evolução dos investimentos no período de 2004 a 2012, totalizando R\$ 687.055 milhões.

Evolução dos Investimentos – 2004/2012 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos investimentos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total no Período	%
Água	23.674	20.882	29.538	7.274	29.185	13.991	16.483	168.594	45.908	355.529	51,8%
Esgoto	14.573	27.668	45.892	42.855	51.595	103.802	64.202	(97.518)	55.320	308.389	44,9%
Outros	(4.677)	7.185	1.360	7.612	1.489	1.851	2.579	2.297	3.441	23.137	3,4%
Total	33.570	55.735	76.790	57.741	82.269	119.644	83.264	73.373	104.669	687.055	100,0%

Fonte: Balanços Contábeis – GCT

O Plano Plurianual (PPA) 202-2015 prevê aproximadamente R\$ 2,0 bilhões em investimentos em todo o Estado. Desse montante, R\$ 1,1 bilhão está destinado à área de esgoto, R\$ 439 milhões à água e R\$ 455 milhões para projetos complementares. Importante registrar que a captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros como BNDES, CEF, JICA, e AFD exigem da CASAN a oferta de contrapartida, decorrendo daí a necessidade de disponibilizar recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

PROGRAMA PLURIANUAL 2012-2015

O Projeto Plurianual de Investimentos tem como objetivo estabelecer as metas e valores referenciais a serem investidos nos setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário, programas ambientais, ativo imobilizado e desenvolvimento institucional, de maneira a cumprir os compromissos de atendimento à população dos municípios conveniados com a CASAN.

Os recursos necessários à concretização do Programa de Investimentos estarão baseados em parcela de recursos próprios da Companhia, recursos previstos nos orçamentos estaduais e federais, organismos financeiros nacionais (Caixa Econômica Federal, BNDES, entre outros), organismos financeiros multilaterais (AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento, JICA, IFC entre outros), em parcerias com a iniciativa privada.

Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos por setor:

AÇÕES	2012	2013	2014	2015	TOTAL
OBRAS DE ÁGUA	141.230.726,00	160.099.982,00	86.299.308,00	28.509.039,00	416.139.055,00
OBRAS DE ESGOTO	244.020.113,00	343.029.030,00	241.851.915,00	108.661.387,00	937.562.445,00
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OPERACIONAL	73.159.673,00	70.359.788,00	60.708.299,00	41.420.744,00	245.648.504,00
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL	30.790.000,00	26.715.000,00	17.100.000,00	17.075.000,00	91.680.000,00
PROGRAMAS AMBIENTAIS	3.520.000,00	4.640.000,00	4.720.000,00	3.840.000,00	16.720.000,00
ESTUDOS E PROJETOS DE ÁGUA	8.850.000,00	4.650.000,00	4.650.000,00	4.650.000,00	22.800.000,00
ESTUDOS E PROJETOS DE ESGOTO	25.121.482,00	38.488.324,00	38.488.324,00	38.488.324,00	140.586.454,00
ATIVO	22.817.186,00	29.170.101,00	28.549.535,00	20.111.330,00	100.648.152,00
TOTAL	549.509.180,00	677.152.225,00	482.367.381,00	262.755.824,00	1.971.784.610,00

FONTE: GPO/DIGOR - PPA 2012/2015

Nota: O Programa de Investimentos Plano Plurianual PPA- 2012/2015 foi aprovado por meio da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial SC 19.241-A, de 31 de dezembro de 2011.

Como principais benefícios advindos da melhoria da cobertura em abastecimento de água e esgoto sanitário, terão:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e municípios;
- Melhoria dos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;
- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense com o conseqüente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Apesar de não ser um documento legalmente exigido, a CASAN utiliza-se do Orçamento como um eficaz instrumento gerencial. A Proposta Orçamentária de um exercício financeiro é elaborada ao final do exercício anterior pela Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores e encaminhada para a Diretoria Executiva da Companhia para análise e aprovação.

A Execução Orçamentária é acompanhada pela Divisão de Gestão Orçamentária. Esse acompanhamento é efetuado mediante o recebimento das informações originadas nas áreas responsáveis pelos recebimentos e desembolsos da Companhia, as quais, por métodos comparativos, são registradas de forma a deduzir dos valores anteriormente registrados os montantes previstos e executados.

Os saldos orçamentários destacam:

- a) os montantes dos ingressos realizados e a realizar;
- b) os montantes dos desembolsos efetuados e a efetuar, comparativamente às previsões da Proposta Orçamentária aprovada.
- c) os montantes dos ingressos realizados e a realizar;
- d) os montantes dos desembolsos efetuados e a efetuar, comparativamente às previsões da Proposta Orçamentária aprovada.

Estudos Alternativos de Abastecimento de Água

A CASAN está buscando alternativas para garantir o abastecimento de água em diversas regiões do estado, com soluções definitivas através de Sistemas Integrados. Os estudos estão sendo contratados com recursos próprios, destacando-se:

- Região de Chapecó: Estudo concluído com custo de R\$ 219 mil. Foi identificada a melhor alternativa de captação no Rio Chapecozinho, com custo de implantação estimado em R\$110 milhões, com implantação de um Sistema Integrado para os municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta. O relatório final foi enviado ao Ministério da Integração e aprovado previamente para inclusão no PAC-2, no valor de R\$ 100 milhões. A formalização do convênio está na dependência da entrega do projeto básico e executivo pela CASAN;
- Região Norte: Abrangendo os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul e região sul de Joinville. Estudo concluído em fevereiro de 2011, com custo de R\$ 252 mil. Aguardando contratação do projeto básico e executivo para buscar recursos junto ao Governo Federal. Custo estimado de implantação é de R\$ 94 milhões;
- Região Norte de Florianópolis e Vale do Itajaí: Abrangendo os municípios de Biguaçu, Governador Celso Ramos, Itapema, Porto Belo, Bombinhas e área norte de Florianópolis. Foi firmado o contrato no valor de R\$ 263 mil e emitida a Ordem de Fornecimento nº 15416 em 22/02/2011. Em andamento.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.**
- ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**
- iii) projetos em desenvolvimento já divulgados.**
- iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Aproveitamento do potencial hidrelétrico – CGHs

A Companhia Catarinense de Saneamento é um dos principais consumidores catarinenses de energia elétrica. Seu consumo médio mensal é de aproximadamente 12.000.000 kWh por mês. Este consumo está distribuído em mais de 200 municípios o que dificulta a sua caracterização como “grande consumidor”, por conta, nos moldes da ANEEL, não possibilitando a compra da energia em leilões de compra direta do gerador ou do distribuidor. Também a redução de preços é dificultada, pois grande parte dos equipamentos de consumo está em pontas de rede caracterizando custos de transporte (distribuição) mais elevados.

O preço pago pela Casan à Celesc e Cooperativas de distribuição é em média de R\$ 0,32 por kWh (R\$ 320,00 por MWh). O preço de mercado gerador tem se situado em R\$ 0,16 por kWh (R\$ 160,00 por MWh) conforme os leilões da ANEEL.

O modelo operacional proposto e assimilado pela lei estadual 381/07 é de auto produtor de energia, onde os excedentes são vendidos nas redes existentes ou interligados, próximos as unidades geradoras no processo conhecido como geração distribuída.

A energia hídrica contida nos mananciais de captação que lhe são outorgados tende a ser a porta de entrada definitiva da empresa na área de produção de energia.

A curto e médio prazos o potencial hídrico já está definido nas projeções da barragem do Rio São Bento (Siderópolis), da barragem do Rio do Salto (Timbé do Sul) e barragem da Vargem do Braço (iniciando na ETA de Cubatão – Palhoça).

Inicialmente a empresa deflagrou o estudo e o projeto de engenharia dos mananciais de abastecimento de Florianópolis e de Criciúma. O primeiro foi contratado direto pela Casan e resultou em CGH de 0,9 MW e investimentos necessários da ordem de R\$ 4.600.000,00.

O custo de elaboração do projeto foi de R\$155.130,00 junto à empresa ESTELAR Engenheiros Associados. O segundo, da barragem São Bento, no sul do estado, foi patrocinado pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina. Produzirá também 0,9 MW com investimentos de R\$ 4.200.000,00.

Os projetos estão sendo avaliados para formatar o melhor modelo de captação de recursos para o investimento ou para a agregação de renda. A princípio, a parceria seria com a CELESC Geração, empresa do mesmo comando acionário.

Resíduos sólidos e biogás

O modelo gerencial para redução destes custos e aumento de receitas, proposto com base na legislação que lhe deu atribuições na área de novos negócios (lei complementar estadual 381/07) é também de se estabelecer como auto gerador de energia, com possibilidades de venda do excedente produzido e não consumido.

Para gerar o equivalente ao seu consumo a empresa necessitaria gerar 16,0 MW.

A empresa pode lançar mão de dois tipos de insumos para esta geração. A energia hídrica contida nos mananciais de captação que lhe são outorgados e a energia térmica contida nos resíduos sólidos urbanos, principalmente os domésticos e comerciais, e agregados complementarmente por lodos das estações de tratamento de esgoto e também dos seus gases (biogás de ETEs).

Em se tratando de resíduos sólidos a Casan como interveniente do Estado, possuindo convênio de Gestão Associada para saneamento básico com os municípios, pode agregar serviços na operação do lixo dos mesmos.

Nesta direção a empresa firmou protocolo de intenções com Florianópolis para a condução de estudos e projeto de aproveitamento do lixo de Florianópolis. Na seqüência estão sendo conduzidos contatos com outros municípios.

Inicialmente busca-se a geração térmica, através da reciclagem térmica de resíduos sólidos, para gerar a energia elétrica necessária, sendo que o potencial nominal de geração do lixo de Florianópolis é de 9 (nove) MW.

Para que todo este processo ocorresse foi necessária a contratação de empresa de engenharia e consultoria Usina Verde, do Rio de Janeiro – RJ, para estudos de viabilidade e elaboração de projeto básico de engenharia, com investimento inicial de R\$ 300.000,00.

Também para o biogás foi definido um projeto inicial de MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, junto ao SES de Potecas, São José, onde será queimado o gás metano (CH₄) e gerada energia elétrica. Este projeto é piloto para os demais projetos de ETEs em implantação ou a implantar pela Casan. Portanto a partir do mesmo, a empresa irá adquirir conhecimento e o desenvolvimento nesta área de otimização ambiental. Foi

contratada a consultora Sócio-Ambiental Ltda de Florianópolis para o serviço de formatação do projeto com despesas de R\$ 143.850,00.

Para o Biogás e os resíduos sólidos de ETEs outros estudos são desenvolvidos internamente na DIPO/DT.

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

13.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a)- Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

b) composição da remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

1) Honorários: remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal, e Diretoria).

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

2) Representação: Gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.

3) Benefícios: Tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: Férias; Gratificação de Férias; 13º Salário; Auxílio Correção Estética por Acidente de Trabalho; Complementação de Diárias Hospitalares por Acidente de Trabalho; Vale Alimentação/Refeição e Assistência Médica e Odontológica.

4) Participação nos Resultados: Participação dos administradores nos resultados positivos apurados nas demonstrações financeiras de cada exercício social, conforme estabelecido no Estatuto Social e Lei das Sociedades Anônimas, limitado o seu valor à remuneração anual dos administradores ou 0,1 (um décimo) dos lucros, prevalecendo o que for menor.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
Honorários	100%	71,43%	100,00%	100,00%
Representação	0%	14,29%	0,00%	0,00%
Honorários Presidente Conselho	0%	14,29%	0,00%	0,00%
Total	100%	100%	100%	100%

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembléia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, excetuando-se a participação nos lucros. Nesta Assembléia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos.

O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 20% sob a aludida, a título de verba de representação.

iv) razões que justificam a composição da remuneração:

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Companhia não utiliza indicadores específicos para determinar ou valorar qualquer item da remuneração. Leva em consideração a responsabilidade, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como o tempo dedicado ao exercício de suas funções e o valor praticado no mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não há utilização de indicadores específicos, conforme alínea acima.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência, motivação, necessários ao exercício da função diretiva.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

13.2 Tabela da remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano Base: 2010				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	5,33	13	5	23,33
Remuneração Fixa Anual	202.094,07	1.937.066,84	136.704,00	2.275.864,91
- Salário ou pró-labore.	202.094,07	1.676.969,31	136.704,00	2.015.767,38
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	260.097,53	0,00	260.097,53
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.				
Remuneração variável Anual	239.232,21	378.784,33	0,00	618.016,54
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.	239.232,21	378.784,33		618.016,54
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	16.841,17	161.422,24	11.392,00	189.655,41
Total da remuneração	441.326,28	2.315.851,17	136.704,00	2.893.881,45

Ano Base: 2011				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	6,75	7,67	4,58	19
Remuneração Fixa Anual	212.990,56	1.220.363,48	145.626,40	1.578.980,44
- Salário ou pró-labore.	212.990,56	1.083.180,63	145.626,40	1.441.797,59
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	137.182,85	0,00	137.182,85
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	17.749,21	90.265,05	12.135,53	120.149,80

Ano Base: 2012				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	7	7	5	19
Remuneração Fixa Anual	234.045,84	1.307.411,21	167.175,60	1.708.632,65
- <i>Salário ou pró-labore.</i>	234.045,84	1.170.228,36	167.175,60	1.571.449,80
- <i>Benefícios diretos e indiretos.</i>	0,00	137.182,85	0,00	137.182,85
- <i>Remuneração por participação comitês.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Outros.</i>				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Bônus.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Participação nos resultados.</i>				0,00
- <i>Remuneração por participação em reuniões</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Comissões.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Outros.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	19.503,82	97.519,03	13.931,30	130.954,15
Total da remuneração	234.045,84	1.307.411,21	167.175,60	1.708.632,65

Projeção: 2013				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	7	7	5,25	19,25
Remuneração Fixa Anual	245.280,00	1.287.496,32	183.960,00	1.716.736,32
- Salário ou pró-labore.	245.280,00	1.226.399,16	183.960,00	1.655.639,16
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	61.097,16	0,00	61.097,16
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	20.440,00	102.199,93	15.330,00	137.969,93
Total da remuneração	245.280,00	1.287.496,32	183.960,00	1.716.736,32

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer em forma de tabela:

As condições em relação ao Plano de Previdência são as expostas no quadro abaixo, porem, somente um membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária faz parte do Casanprev.

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Órgão	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
Número de membros	1	1
Nome do Plano	Casanprev	Casanprev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não Há	Não Há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

13.11 Nos 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano Base: 2010			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	5,33	13	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 2.278,40	R\$ 13.670,41	R\$ 2.278,40
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 2.278,40	R\$ 9.113,61	R\$ 2.278,40
Valor médio remuneração Individual	R\$ 82.800,43	R\$ 178.142,40	R\$ 27.340,80

Ano Base: 2011			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	6,75	7,67	4,58
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 2.786,26	R\$ 13.931,29	R\$ 2.786,26
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 2.278,40	R\$ 9.113,61	R\$ 2.278,40
Valor médio remuneração Individual	R\$ 31.554,16	R\$ 159.108,67	R\$ 31.796,16

Ano Base: 2012			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	7	5,25
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 2.920,00	R\$ 14.599,99	R\$ 2.920,00
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 2.786,26	R\$ 13.931,29	R\$ 2.786,26
Valor médio remuneração Individual	R\$ 35.040,00	R\$ 186.773,03	R\$ 31.842,97

DIRETORIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo
								controlador
Dalírio José Beber	63	advogado	068.797.569-72	Diretor presidente	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	sim
Laudelino de Bastos e Silva	51	contador	415.217.739-04	Dir. Financeiro. e de relações com os Investidores	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	Sim
Antônio Varella do Nascimento	66	eletrotécnico	065.698.119-91	Dir. Comercial	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	sim
Adelor Francisco Vieira	65	Matemático	113.658.709-87	Dir. de Expansão	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	sim
Osny Souza Filho	55	Eng. Mecânico	305.839.939-15	Dir. Planej. e de Relaç. c/o poder concedente.	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	Sim
Arnaldo Venício de Souza	63	economista	029.394.109-25	Dir. Administrativo	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2014	sim
Valter José Gallina	57	Eng. Civil	341.840.409-00	Diretoria de Operação e Meio Ambiente	05/04/2011	05/04/2011	02/01/2014	sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo
								controlador
ENIO ANDRADE BRANCO	59	Advogado	179.138.029-87	membro efetivo	10/05/2011	10/05/2011	09/05/2013	sim
ADELIANA DAL PONT	51	Engenheira	445.313.039-20	membro efetivo	10/05/2011	10/05/2011	04/04/2012	sim
NERY ANTONIO NADER	71	Tec. em contabilidade	104.967.009-44	membro efetivo	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2013	sim
NELSON GOMES MATTOS	70	Professor	105.538.439-15	membro efetivo	03/01/2011	03/01/2011	02/01/2013	sim
SAULO SPEROTTO	45	2º grau	561.293.009-72	membro efetivo	10/05/2011	10/05/2011	09/04/2013	sim
ANTONIO CARLOS ZIMMERMANN	69	2º grau	038.563.719-58	membro efetivo	27/06/2012	27/06/2012	02/01/2013	sim

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo
								controlador
ALVARO LUIZ BORTOLOTTI PREIS	59	Economista	221.320.829-87	Titular	30/04/2011	30/04/2011	29/03/2013	sim
RICARDO ZANATTA GUIDI	34	Advogado	951.281.409-97	Titular	30/04/2011	30/04/2011	29/03/2013	sim
ADEMIR VICENTE MACHADO	58	Administrador	217.190.989-72	Titular	30/04/2011	30/04/2011	29/03/2013	sim
LUCIO MALLMANN	39	Administrador	831.980.599-68	Titular	30/04/2011	30/04/2011	29/03/2013	sim
ROBERTO FERNANDO CARVALHO AGOSTINI	45	Advogado	571.997.529-20	Titular	30/04/2011	30/04/2011	29/03/2013	sim
CLARA INES GIRARDI BERNARDES	57	Administrador	313.433.099-72	Substituta	06/07/2012	07/10/2012	07/10/2012	sim

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31/12/2007	9,35%	83,65%	7,00%
31/12/2008	8,06%	85,57%	6,37%
31/12/2009	11,43%	81,76%	6,82%
31/12/2010	10,03%	83,19%	6,78%
31/12/2011	14,89%	74,47%	10,64%
31/12/2012	14,89%	74,47%	10,64%

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Descrição	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Nº Total de Empregados	2092	2059	2175	2238
Operacional	1347	1323	1381	1410
Apoio Técnico	545	512	530	554
Nível Superior	200	224	264	274
Nº Total de Empregados Por Localização Geográfica	2092	2059	2175	2238
Administração Central-Matriz	349	352	403	417
Região Metropolitana da Grande Fpolis	393	396	420	432
Região Sul/Serra	421	418	412	428
Região Norte e Vale do Itajaí	427	400	427	431
Região Oeste	502	493	513	530

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

A CASAN não firma contratos de fornecimento de mão de obra e sim contrata serviços terceirizados, principalmente nas áreas de Leitura/Entrega simultânea de Faturas, Corte e Religação de Água, Vigilância e Limpeza.

c) índice de rotatividade.

Índice de Rotatividade				
2008	2009	2010	2011	2012
5,67	14,91	7,52	5,1	5,4
Fórmula aplicada: $\text{Demitidos} / ((\text{Quantitativo Anterior} + \text{Quantitativo Final do Ano}) / 2) * 100$				

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição para contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2011, era de cerca de R\$ 13.635 milhões, considerando os processos classificados como perda provável.

O valor provisionado para contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2012 foi de 12.326 milhões, conforme especificado abaixo:

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

O incremento de pessoal em 2012 se deu em decorrência da nova política de recomposição do quadro de empregados adotada em função do término, em abril de 2012, dos desligamentos do PDVI e do aumento das demandas operacionais na empresa.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável.

A CASAN possui o Plano de Cargos e Salários registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde 1991, que prevê as formas de movimentação funcional, benefícios além de disciplinar as atribuições de cada cargo. Os reajustes salariais são definidos através de Acordo Coletivo de Trabalho com data base em maio.

b) política de benefícios.

A política de benefícios é concedida através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas e estendida a todos os empregados da empresa sendo os principais:

- Plano de saúde, por adesão individual;
- Assistência odontológica, por adesão individual
- Programa de Alimentação ao trabalhador – Vale Alimentação/Refeição
- Auxílio Creche
- Auxílio Educação – Auxiliar no pagamento de mensalidade para curso universitário e médio profissionalizante.
- Auxílio Funeral
- Auxílio e Licença ao empregado com filho portador de necessidades especiais
- CASANPREV – Plano de Previdência Complementar

Todos normatizados através de Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Cargos e Salários ou normas específicas.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i) grupos de beneficiários.

- ii) condições para exercício.*
- iii) preços de exercício.*
- iv) prazos de exercício*
- v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.*

A CASAN não possui planos de remuneração baseados em ações.

d) Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

Os acordos coletivos são firmados com os seguintes sindicatos:

- **Sindecon/sc** – Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina;
- **Sincópolis** – Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis;
- **Saesc** – Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina;
- **Senge** – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina;
- **Sintec** – Sindicato dos Técnicos Industriais;
- **Sindalex** - Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina.
- **Sinsesc** – Sindicato dos profissionais e Estudantes de Secretariado no Estado de SC. e,
- **Sintaema- sc** – Sindicato dos Trabalhadores em água, esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina.

A data base é no mês de maio e a vigência anual onde normalmente é concedida uma reposição salarial com base no INPC do período assim como, a renovação de benefícios, vantagens e a liberação de empregados dirigentes sindicais para atuarem nas sedes das entidades.

As relações sindicais ocorrem dentro da normalidade, o acesso as informações de performance, dados operacionais, financeiros, econômicos e administrativos da Empresa estão previstos no Acordo firmado anualmente.

e) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição para contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2011, era de cerca de R\$ 13.635 milhões, considerando os processos classificados como perda provável.

O valor provisionado para contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2012 foi de 12.326 milhões, conforme especificado abaixo:

Discriminação	2012
Contingências Trabalhistas (*)	12.326 milhões
Provisionamento (**)	12.326 milhões

(*) Contingências: considera as perdas prováveis.

(**) Provisionamento: considera perdas prováveis.